

VÉRTICE

Revista bimestral

Março-Abril 2000 Preço: 1400\$00 (inclui IVA) II Série



Em Destaque

Regresso crítico a Lénine
ou antileninismo primário?, *Lucien Sève*

Em Estudo

Globalização. Prolegómenos, questão problemática e hipóteses, *Carlos Pimenta* ▼ Volfrâmio português e ouro do terceiro Reich durante a Segunda Guerra Mundial (1938-1947), *João Paulo Avelãs Nunes* ▼ Formas do ser que muda, *João Soares Santos*

Em Memória

Evocação de José Cardoso Pires ▼ De lembrança em lembrança, *José Cardoso Pires sobre José Gomes Ferreira* ▼ Carta aos amigos comuns, *José Cardoso Pires sobre Alves Redol* ▼ A palavra, o todo, *José Cardoso Pires sobre Carlos de Oliveira*

Em Movimento

A memória de Deus — *The cancer man*, *Fernando Guerreiro* ▼ Ensaio sobre o amor, *Maria Eduarda Castro* ▼ O gosto das palavras, *Luiz Antonio de Assis-Brasil*



Globalização Prolegómenos, questão problemática e hipóteses

«— Bom dia, o que me sabe dizer sobre a aldeia global?»

«— Uhm, não me parece que seja para estas bandas. Sou nascido e criado aqui na aldeia e nunca ouvi falar dela. Deixe-me perguntar ali ao Gregório que conhece mais mundo! Oh compadre...»

Poderia ser deste estilo a conversa entre o intelectual citadino carregando no peito a chama da modernidade, iluminando os caminhos do poder, e o habitante de uma qualquer aldeia do nosso país.

Embalados pelas palavras, esvoaçando na terminologia da moda que lança os aromas do reconhecimento da nossa sapiência, somos frequentemente levados a considerar como adquiridos os significados ainda enublados, a atribuir designações únicas ao que se plasma diferentemente conforme

as circunstâncias e os agentes, a encetar diálogos pulverizados pela ausência de uma reflexão crítica.

Não decorreram muitos anos desde o momento em que a «globalização» aparecia para designar um determinado tipo de internacionalização das empresas: a possibilidade de transaccionar um mesmo bem em diferentes países, permitindo uma produção unitária a mais baixos custos. Enquanto umas assim procediam outras firmas eram obri-

gadas a atribuir características diferentes aos seus bens para corresponderem às diferenças culturais dos seus potenciais compradores, para satisfazerem os mercados regionalizados de um determinado bem. A globalização tinha então como símbolos endeusados o McDonald e a Coca Cola e o franchising ia aumentando o poder de alguns deuses dos Olimpos menores.

A americanização da informação, do marketing e de muitas práticas culturais tornava cada vez mais frequentes as possibilidades de uniformização dos bens à escala mundial e o termo «globalização» foi resvalando para uma identificação com a internacionalização — processo demasiado abrangente, histórica, regional e socialmente. Este equívoco terminológico tem, espontânea ou intencionalmente, servido de pretexto para a difusão de muitos mitos e outros tantos equívocos.

Por todas estas razões consideramos inadequado discursar sobre a globalização sem previamente se proceder a uma reflexão crítica sobre o objecto de análise. Depois da identificação do terreno estaremos em condições de colocar uma ou mais das grandes questões cujas respostas poderão contribuir para elucidar o mundo em que vivemos, dar sentido à história de que somos protagonistas e vislumbrar percursos possíveis.

São estas preocupações que nor-

Sobre a globalização

teiam este trabalho, já sujeito a algumas provas de confronto de posições e intervenções públicas.

Mitos

As mensagens sociais são sempre a expressão de uma certa leitura da realidade, a apresentação de uma descrição ou interpretação que não é independente do seu criador ou seu emissor. Exprime uma posição de classe.

O discurso da globalização não foge à regra. Ao apresentar-se como «evidência», como «pragmatismo», como significado integrável no conhecimento corrente, são parte de uma cosmovisão semiconsciente ou inconsciente, de uma ideologia.

A desideologização pretendida, profusamente acompanhada de imprecisão conceptual e de ausência de uma reflexão crítica, aprioristicamente considerada desnecessária, é um produto ideológico. Muitos dos discursos sobre a globalização são excrescências ideológicas que pretendem fazer passar um mito.

Apesar do discurso ideológico da globalização estar ele próprio globalizado — reproduzido incessantemente por todos os recantos do mundo como «bem homogêneo» — certamente que existirão, como aliás teremos a oportunidade de descortinar, diversas cambiantes. Corremos o risco de alguma simplificação mas podemos dizer que o discurso da globalização, cujo significado mais preciso apresentaremos num ponto seguinte, é o da construção de um mito que pode ser esquematizado em cinco pontos:

1. *O progresso tecnológico⁽²⁾ impõe inevitavelmente a internacionalização.* Como convém para a consolidação da mensagem, a veracidade do primeiro argumento surge inquestionável à razão dos muitos que já usufruíram dos meios de comunicação e trans-

porte contemporâneos. A microinformática e as redes computacionais surgem com o esplendor e encantamento que transforma a ligação do progresso tecnológico (que se admite generalizado ou generalizável) com a internacionalização (colocada no singular, pressupondo-se única ou uniforme) como uma matéria inquestionável.

2. *Só há uma configuração possível da internacionalização.* A única possibilidade identifica-se com a sua concretização, e assim a humanidade se confronta com o «fim da história». Certamente que essa internacionalização exprime-se organizativamente, com possibilidade de intervenção, mas os seus autores e actores, os seus líderes e executores diluem-se na «complexidade da sociedade», no «todos nós», no formalismo democrático. O progresso tecnológico é o «deus-máquina» auto-regulamentando-se e auto-reproduzindo-se, autónomo das relações entre os homens. A obediência é o que resta ao comum dos mortais que queiram escapar às chamas da inquisição. Esta deixou de ter a arrogância de um tribunal e transformou-se no «voluntarismo abnegado» dos que militam por um primeirismo na aquisição da última inovação e no seguidismo mais ou menos inconformado dos restantes.
3. *Toda a sociedade se subordina à economia* e cada vez há menos espaço para o político, nada havendo a obstar à sua minoração. O progresso tecnológico reduz a dimensão do nosso planeta e aumenta a velocidade das transformações: espaço e tempo, bens e vidas tornam-se bens escassos. Como tal têm (for-

ma de encobrir o verbo dever) de ser geridos de forma a serem sempre aproveitados em plenitude. Estamos perante a absolutização da gestão de recursos escassos para satisfazer necessidades ilimitadas, isto é, perante a racionalidade económica ou a economização da razão planetária. Numa espiral de expansão das necessidades criadas, de contracção dos recursos, de competitividade exacerbada e de precariedade de estabilidade social o «económico» proeminiza-se e encontra a sua expressão plena na «liberdade» de todos e de cada um. Se a racionalidade económica é olímpica ⁽³⁾, a interferência de qualquer força externa, nomeadamente de origem política, só pode ser uma componente destabilizadora. Para além do mais o político é essencialmente a produção de ideologia, de que os partidos políticos são uma expressão bem visível, e numa sociedade pragmática, logo desideologizada, o político é uma excrescência a expurgar.

4. *A economia auto-regula-se e uniformiza-se através dos mercados livres.* Numa sociedade de soberania do consumidor aquela mais não é do que a soma dos indivíduos e o resultado das práticas sociais será inevitavelmente os centros de convergência das vontades individuais. Os mercados são os confrontos de vontades autónomas de quem procura e de quem oferece e a teoria «demonstra», nos modelos de equilíbrio geral ou de equilíbrio parcial, que é possível caminhar para um centro de gravidade que é estável. As melhores soluções generalizam-se e a eficiência propaga-se.

5. *Liberdade económica é liberdade social.* Se a liberdade económica é a possibilidade de cada um *per se* maximizar a utilização dos recursos escassos e todos os aspectos da vida podem ser encarados desse prisma — e aí estão prémios Nobel da Economia para o demonstrar —, o económico é um espaço vital do social. Mais, também as dimensões sociais não-económicas das vivências individuais estão inexoravelmente condicionadas pelo progresso tecnológico e é o económico quem sofre o primeiro impacto dessa dinâmica. Só o económico produz riqueza e todas as outras actividades a utilizam. Como não é possível utilizar o que não existe a criação de valor (e apropriação) é a base de tudo o mais.

A simples explicitação dos enunciados do mito retira-lhe força, pois permite reflectirmos sobre eles, sobre as possíveis variações a introduzir, sobre os seus fundamentos, mas não basta essa atitude de desmistificação.

Também seria possível uma crítica interna, a apresentação de hipóteses e definições alternativas, o confronto com as teorias económicas, sociológicas e outras.

Preferimos deixá-las tal como estão, no desconforto da sua nudez, e apresentar alguns comentários sobre o que é a globalização hoje.

Comentários

As considerações seguintes desdobram-se em cinco pontos, não porque esgotem as considerações críticas mas porque nos parece serem alguns dos aspectos mais relevantes para uma desmistificação das posições correntemente assumidas e uma penetração no âmago da natureza da

globalização, o que nos permitirá, numa etapa seguinte, colocar uma questão problemática decisiva.

Multiplicidade de sentidos da globalização

Qualquer um de nós tem consciência que a identificação do movimento por *globalização* ou a adjetivação de *global* é hoje generalizadamente aplicada às situações mais diversas, porque o progresso tecnológico nas comunicações que lhe está subjacente permite-o.

Falamos em globalização da informação, da cultura, da informatização, dos conhecimentos, dos gostos. Falamos em globalização das drogas, das epidemias e do crime. Falamos em globalização do ambiente. Globalização que em cada um destes planos é a continuidade de uma internacionalização que há muito existe, e para a qual é possível encontrar múltiplos indicadores inofensivamente comprovativos, mas que também é a expressão de aspectos novos. Novos pela massificação de algumas vertentes, novos pela velocidade de processamento e capacidade de assimilação de certas camadas da população, novo pela interactividade existente. Falamos em globalização das instituições internacionais.

Sendo as nossas intenções estritamente económicas, não vamos analisar minimamente estas diversas facetas da mesma realidade, embora não neguemos a estreita interinfluência com matérias que de seguida nos ocuparão.

Gostaríamos apenas de deixar aqui dois reparos:

1. Um deles, que ressalta da exemplificação anterior, é que a globalização é multifacetada. A simples classificação como inevitável-evitável, boa-má, na tradição de uma lógica bivalente a que continuamos a estar apegados em

Sobre a globalização

momento decisivos da apreciação da realidade, peca pela precariedade da análise. Em primeiro lugar porque os impactos de cada uma das suas facetas sobre a grande diversidade dos agentes intervenientes, passiva ou activamente, apresenta diversas cambiantes entre as referências éticas extremas que foram referidas. Em segundo lugar porque a combinação dos diferentes tempos-espacos do conjunto articulado das suas facetas tem dimensões que as partes não comportam.

2. Um segundo é recordar as palavras de Butros-Ghali, então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas:

«Não há só uma mas muitas mundializações: a da informação, a das drogas, das epidemias, do ambiente e, claro, sobretudo a das finanças. Além disso surgem grandes dificuldades, porque as globalizações avançam a ritmos muito diferentes.» (MARTIN & SCHUMANN, 1999, 198.)

Aqui concentrar-nos-emos no significado económico da globalização, embora tenhamos consciência de que o «homem total» devesse ser merecedor de uma visão mais integrada, ou que as problemáticas da complexidade, de que a internacionalização actual é um expoente máximo, o exigisse.

Para muitos utilizadores desta terminologia o seu significado será difuso ou tenderá a identificar-se com algumas banalidades. Para outros estar-se-á perante a encarnação do mito. Não são esses os sentidos que aqui nos interessam. O que pretendemos referir aqui é a multiplicidade de situações a que o termo se aplica e, em sua consequência, o que pretende designar. Visa-se igualmente salientar que a multiplicidade de vertentes da internacionalização que se tem vivido na última década

faz com que a mesma realidade assuma em cada tempo-espaco uma certa expressão, tenha uma certa maneira de se exprimir. Por outras palavras, da ambiguidade entre a utilização do termo «globalização» resultante do significado sintético e impreciso que assume (internacionalização) e a realidade que tende a exprimir (uma certa internacionalização), aspecto que referiremos num ponto seguinte, resulta a utilização desse termos com muitos significados.

Seguindo de perto uma síntese dos múltiplos significados (BOYER, 1998) podemos dizer que para a *empresa* pode significar (1) venda em toda a parte do mesmo produto (inicialmente era esta situação que era merecedora da terminologia agora generalizada); (2) produzir no mundo inteiro; (3) financiar-se em todos os mercados; (4) utilizar todas as ideias venham de onde vieram; (5) recrutar talentos sem considerar a nacionalidade (*); (6) uma gestão integrada à escala mundial da cadeia do valor (síntese de todas as vertentes anteriores e de outras não individualizadas).

Se a empresa está quase sempre no cerne desta problemática da globalização esta terminologia também é aplicada a outras estruturas. Quando se refere a um *sector* umas vezes significa (7) uma sua integração nos processos produtivos mundiais (generalização da visão integrada da empresa mas também da divisão de trabalho entre elas e dos mecanismos de concorrência); (8) a simples mudança do espaco de concorrência intra-sectorial ou com outros sectores.

Quando se aplica à *Nação* os sentidos são diversos, mas podem ser resumidos em dois: (9) redefinição dos compromissos nacionais em favor dos actores mais internacionalizados (por outras palavras, uma mais estreita subordinação do Estado a um conjunto restrito de capitalistas, frequentemente feito de forma explícita, graças à cobertura ideológica

da «internacionalização»); (10) fim do Estado-Nação como espaço de solidariedade social (a aliança referida no ponto anterior, e o seu subproduto ideológico, está associado a uma alteração da correlação de forças que mina os equilíbrios preexistentes na representação efectiva das diversas classes sociais no Estado, mesmo que democrático e formalmente representativo da Nação).

Obviamente que a globalização também é aplicada a situações que transcendem os âmbitos anteriormente referidos, incidindo sobre uma região supranacional e a totalidade do nosso planeta. Quando aplicado a uma *região* é, essencialmente, identificada com (11) a integração económica (obviamente considerada como inevitável, como tudo o mais). Quando aplicado ao Mundo significa (12) funcionamento integrado dos mercados à escala mundial⁽⁵⁾; (13) organização totalmente integrada de alguns mercados à escala mundial (não se trata apenas do funcionamento dos míticos mercados na base de uma espontânea concorrência, mas da existência de instituições e processos formalmente estabelecidos de articulação, bem relevantes na organização financeira); (14) conveniência da existência de estruturas político-económicas de acção à escala nacional (este aspecto é o menos badalado apesar de existir e funcionar, pois tende a aniquilar o pressuposto do livre funcionamento dos mercados, da não intervenção política). Finalmente, numa interpretação integradora de quase todas as outras e numa perspectiva teleológica de intenções, globalização significa (15) funcionamento da economia mundial como um conjunto totalmente integrado.

Este enunciado de diferentes sentidos pretendeu essencialmente mostrar que não se pode de ânimo leve utilizar o termo «globalização» ou discursar sobre ele sem algum tempo de reflexão sobre o seu significado. Para além do mais entre as

quinze situações anteriormente referidas não há apenas situações de concordância e complementaridade, mas também de conflitualidade.

A nossa preocupação imediata é passar do significado do discurso para a captação da realidade social que se tem vivido nesta década.

Uma certa internacionalização económica

O discurso do poder sobre a globalização é apresentá-la como uma continuação, eventualmente uma aceleração, da internacionalização, de tal modo marcada que deixou de fazer sentido qualquer política intervencionista e as realidades nacionais dissolvem-se no movimento global.

No entanto a utilização de diversos indicadores e referências poderão mostrar que não existe uma diferença quantitativa entre certas vertentes da realidade passada e a actual:

«Contudo, em termos relativos, nomeadamente quando se toma os valores dos fluxos em termos dos produtos nacionais ou da população, as conclusões gerais serão muito menos espectaculares, verificando-se mesmo graus de integração na economia mundial inferiores, ou apenas em recuperação, relativamente aos níveis de início do século.» (NUNES, 1998, 11.)⁽⁶⁾

«Mas ainda é preciso medir a dimensão do fenómeno. E recordar, por exemplo, que se as trocas comerciais correntes representam por vezes mais de 60 por cento dos novos países industrializados (NPI) da Ásia, o «grau de abertura» da Europa é de 8% contra 10% para o Japão e 12% para os Estados Unidos. Antes da guerra de 1914-18 os países capitalistas registavam graus de

abertura comparáveis.» (LABARDE & MARIS, 1998, 24.)

«O peso das exportações de mercadorias nos produtos nacionais era de 12,9% para o conjunto dos «países desenvolvidos» em 1913, só de 6,2% em 1938, e chegou a 14,3% em 1992. No caso dos EUA era de 6,4% em 1913 e é de 7,5% em 1992; no caso da Europa era de 18,3% e é de 21,7%; no caso do Japão era de 12,5% e reduziu-se para 8,8%.» (LOUÇÃ, 1998, 2.)

E no entanto a globalização não é uma ilusão. Aí está a demonstrá-lo as grandes massas de investimento directo estrangeiro⁽⁷⁾ com correspondente domínio da economia mundial por capitais provenientes dos EUA; aí está a grande massa de bens produzidas pelas empresas transnacionais⁽⁸⁾; aí estão os «assustadores» montantes dos fluxos financeiros.

Este aparente paradoxo resulta de se estar a utilizar indicadores errados e de não se estar a dar a devida atenção a certas vertentes qualitativas do processo.

A globalização é essencialmente a mundialização dos mercados financeiros e sua diversificação, associada a uma hegemonia das empresas transnacionais, permitida pela utilização da doutrina liberal como discurso da política económica.

Por outras palavras, os elementos caracterizadores da actual situação são:

1. Mundialização dos mercados financeiros e sua diversificação
Não é difícil referir um conjunto de indicadores que mostram este fenómeno:

«Esta liberdade universal permitiu à indústria financeira mundial conhecer uma verdadeira explosão ao longo dos últimos dez anos — a partir de 1985, o

Sobre a globalização

volume de negócios do comércio de divisas e do comércio internacional das ações mais do que decuplicou. A creremos no cálculo do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI), ao longo de um dia médio de transações, cerca de 1,5 bilhões de dólares mudam de mãos. Esta soma, uma cifra com doze zeros, corresponde mais ou menos ao valor de toda a produção anual da economia alemã ou a quatro vezes as despesas mundiais anuais em *crude*. O volume de negócios da compra e venda de ações, dos empréstimos aos grupos industriais, dos títulos de dívida pública e dos inúmeros contratos especiais sob as mais diversas formas a que se dá o nome de «produtos derivados» situam-se numa ordem de grandeza análoga.» (MARTIN & SCHUMANN, 1999, 58.)

Embora tenhamos poucas condições para fazer comparações de longo prazo: o que era secundário e subordinado à produção e troca tornou-se o cerne das grandes operações de lucratividade e por isso mesmo para tempos passados não é possível encontrar indicadores fiáveis, utilizáveis em comparações.

2. Hegemonia das empresas transnacionais

Desde finais do século XIX que as grandes empresas fazem a sua caminhada de concentração e centralização do capital, acompanhada por uma internacionalização dos negócios. Desde então, com uma nova dinâmica após a segunda grande guerra e tendo como origem os países hegemónicos na economia capitalista, essas empresas tendem a criar ramificações em todo o mundo. As empresas multinacionais não são de hoje. Centrando as suas actividades na produção e comercializa-

ção de bens e serviços, umas vezes viradas para o mercado mundial e utilizando a multiplicidade de instalações para uma redução dos custos, outras vezes tirando proveito de novos mercados nacionais e regionais, encontravam-se numa permanente correlação de forças, por vezes instável, com os Estados nacionais. Dependentes de autorização para a sua instalação, condicionadas pelas leis existentes no país sobre fiscalidade, produção, comercialização, mercado de trabalho, importação e exportação de bens, utilização dos lucros, por um lado subordinavam-se inexoravelmente a essas tramitações. Ao mesmo tempo influenciavam a política local procurando colocar os Estados ao seu serviço ou, pelo menos, influenciá-los no sentido de obter um conjunto de benefícios.

A partir do momento em que os circuitos financeiros são o terreno exclusivo ou predominante de negócios a autonomia relativa em relação à legislação dos países em que estão instalados diminui, podendo mesmo determinar, decidir, controlar e aproveitar sem qualquer localização física no país em causa. Simultaneamente as empresas de âmbito internacional que continuam a actuar essencialmente na produção e troca de bens passam a poder usufruir de canais de circulação do capital que aumenta a sua autonomia face aos Estados⁽⁹⁾. Tal situação não invalida que continue a existir uma correlação de forças, um jogo político, entre as empresas internacionalizadas e os Estados mas aquelas adquirem maior autonomia de actuação, maior hegemonia, e a bata-

lha trava-se num terreno mais internacionalizado e anónimo. Provavelmente as sanções contra os Estados que se mostrem menos subservientes não passa exclusivamente pela advertência feita pelo Estado imperialista, pela ameaça proferida pela instituição internacional mas utiliza também as operações especulativas sobre o mercado cambial ou de títulos.

Os Estados imperialistas, com grande destaque para os EUA, continuam a intervir em defesa do capital e muitas vezes fazem-no de forma insubstituível, através da diplomacia internacional ou da guerra. As instituições internacionais, com particular destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, continuam a brandir a espada do crédito e do pagamento da dívida sobre os países que se possam revelar mais instáveis. No entanto a internacionalização dos mercados financeiros internacionais permitiu o aparecimento ou reforço de mecanismos económico-especulativos de represália e de alteração da correlação de forças.

3. Utilização da doutrina liberal
A correlação de forças entre empresas e Estado, entre capital e superestrutura, é fortemente influenciado pela hegemonia das teses neoliberais nos circuitos político-ideológicos.
A aceitação quase espontânea de que a intervenção do Estado deixou de fazer sentido, que o Estado-Nação é uma velharia, que o proteccionismo é uma reminiscência histórica longínqua, que a «flexibilização» (de tudo menos da distribuição da riqueza) é a palavra de ordem, são elementos importantes para de-

sequilibrar a correlação de forças política a favor das empresas.

Estamos, pois, perante uma situação de continuidade (do capitalismo, da internacionalização, de crescimento tecnológico) e de ruptura (mudanças ideológicas, organizacionais, financeirização acelerada).

Provavelmente será possível encaixar esse processo num dos múltiplos movimento cíclicos da economia mundial, tanto mais verdade quanto em qualquer momento pode haver uma reversibilidade do processo conduzido pelas forças capitalistas dominantes. No entanto esse tipo de conclusão exigiria um conjunto de considerações que em muito extravasa este artigo ⁽¹⁰⁾.

Internacionalização também é Estado

Estas teses da redução ou eliminação da actividade do Estado, subjugadas pela beleza dos espontâneos equilíbrios de mercado, não são apenas uma criação ideológica, mais ou menos consistentemente alicerçada nuns tantos argumentos científicos. São também, e fortemente, uma canção do bandido.

Com efeito basta olhar para a realidade contemporânea, estudar atentamente os discursos dos liberais, liberalizantes e aprendizes de vendilhão para constatar que o liberalismo é a defesa de toda e qualquer intervenção político-estatal que beneficie o capital internacional dominante e o combate a toda aquela que não se pautar por esses objectivos.

Em defesa desta constatação podemos referir quatro aspectos:

- A) *A desregulamentação social e a hegemonia dos «mercados» tem sido uma decisão política.*

No mercado de bens as manifes-

tações da anarquia da produção estão sempre presentes: territórios com enormes recursos naturais estão dependentes do exterior; dezenas de anos de políticas desenvolvimentistas confrontam-se com a persistência do subdesenvolvimento e a existência de sinais inquietantes de agravamento; o mercado de trabalho persiste com desemprego e este torna-se em baluarte da civilização ocidental, sempre mais persistente e resistente às políticas; a venda dos produtos oscila entre as tendências inflacionistas do crédito gerador de uma pseudovalidação privada do trabalho social ⁽¹¹⁾ e as crises de sobreprodução ⁽¹²⁾.

A nossa volta são evidentes as manifestações das incompatibilidades dos comportamentos individuais no contexto da anarquia da produção — a que se chama mercado capitalista, ou tão somente mercado —, apesar do papel das grandes empresas e da sua tentativa de internalizar ⁽¹³⁾ as contradições do capitalismo, funcionar em pleno contento de todas as partes envolvidas, de resolver os grandes problemas da humanidade. O mercado tem mais a imagem do diabo que do deus.

Porque o mercado não é a harmonia e prosperidade, porque o económico e o político são áreas ou aspectos diferentes da sociedade, a subordinação do funcionamento das sociedades aos ditames do mercado, ou do que se diz ser do mercado, é uma decisão política.

A redução do campo de manobra e da intervenção do Estado na esfera económica é uma decisão política, é uma intervenção política, é, essencialmente, uma política económica.

A criação e regulamentação de bolsas de valores, a facilitação da circulação de bens, a permissão do trabalho temporário e dos contratos a prazo, a precarização das condições de trabalho, a atenuação do controlo e acção dos bancos centrais, os incentivos fiscais e a criação de zonas *off shore*, e muitas outras directivas

Sobre a globalização

económicas contemporâneas, são decisões do Estado, impondo a sua capacidade de sanção e de combate a sectores da sociedade, para defender a sua fuga aos compromissos sociais.

A criação das zonas de livre circulação dos bens, de livre circulação dos capitais, de integração aduaneira, económica e monetária; a participação nas estruturas supranacionais, desde o Conselho da Europa ao Banco Mundial e à OMC, assim como as posições que se defendem nessas estruturas, são decisões políticas.

Todas estas intervenções são apresentadas como inevitáveis, como lógicas, como eliminações dos exagros do passado (quais!?), como subordinadas aos ditames do deus-mercado mas são tão somente políticas económicas ao serviço do grande capital internacional. E como todas as políticas económicas, numa sociedade em que existem classes sociais com interesses diferentes, contraditórios ou antagónicos, é uma intervenção simultaneamente a favor de uns e contra outros ⁽¹⁴⁾.

B) O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundializado.

As novas economias industrializadas asiáticas foram saudadas como demonstrações de que o desenvolvimento económico (provavelmente o mesmo não se diria do desenvolvimento social) era possível. As empresas aí existentes e os mercados económicos e financeiros desses países são partes integrantes da estratégia de globalização.

A integração dessa economia nos mercados internacionais e a utilização das suas praças financeiras sempre foram consideradas como manifestações da pujança do capitalismo, e como núcleos estratégicos dessa dinâmica. Para os Estados desses países não houve recriminações ou apelos a uma menor intervenção e, no en-

tanto, o desenvolvimento do capitalismo nesses países fez-se através de uma intensa e prolongada acção do Estado, quantas vezes quase ditatorial.

Até as ditaduras, quando são subservientes aos interesses do capital, são liberalizantes, benéficas, concordantes com as dinâmicas do mercado ⁽¹⁵⁾.

C) A aldeia global tem um castelo.

Como diz PARAIRE (1998) esta aldeia global em que vivemos tem um castelo e um conjunto de senhores que aí habitam: Organização Mundial do Comércio, o benjamim saído do GATT, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, irmãos gémeos com mais de meio século de existência.

Estes, criados nos Acordos de Bretton Woods, são estruturas que resultaram de um compromisso entre as teses da hegemonia do internacional (tomando como referência o padrão-ouro, defensoras do «livre» funcionamento das transacções internacionais, capazes de impor as suas regras ao funcionamento da economia de cada um dos países) e as da hegemonia nacional (defensoras de uma intervenção dos Estados no sentido de garantir a estabilidade conjuntural, evitar as crises e subordinar as regras de funcionamento do comércio internacional a uma correlação de poder das classes que evitasse perturbações sociais). Criado segundo os princípios do desarme alfandegário e da livre circulação das mercadorias.

Estes organismos existem, funcionam, mesmo no quadro de uma acção que já pouco tem a ver com os seus estatutos, e são profundamente intervenientes. Muitos países — cite-se a título de exemplo quase todo o continente africano — foram integrados na esfera do capital internacional, passaram a integrar a globalização devido à intervenção expressa destas estruturas.

Servir de intermediários entre as

necessidades financeiras dos Estados e os consórcios bancários das economias centrais, impor determinadas taxas de juro nos créditos internacionais, negociar condições de funcionamento interno das economias e de comportamento político dos Estados, impor políticas educativas, culturais, económicas e sociais aos Estados que deles dependem e não têm força política para se imporem, são interferências permanentes e abusivas destas instituições, cupularmente associadas aos EUA e ao capital, e repletas de tecnocratas capazes de executar espontaneamente essas directrizes. Os planos de ajustamento estrutural impostos aos países são um exemplo significativo, tanto pela frequência como pelas consequências.

Enquanto que a política económica dos Estados, frequentemente geridos por instituições e lógicas democráticas, é considerada como abusiva, inconveniente e «contra o mercado», a política económica do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial é considerada como politicamente correcta, disciplinadora, a favor do mercado. Este discurso encobre sobretudo um facto: enquanto os primeiros têm de ter em conta os interesses dos diversos grupos e classes sociais como forma de garantir a sua própria legitimidade e continuidade, os segundos, ditatorial e tecnocraticamente dirigidos, estão directamente inseridos nos ditames do capital transnacional.

D) Esta internacionalização exige pouco défice estatal, desprotecção social e fiscalidade ligeira.

Os movimentos internacionais de capitais dão-se mal com a inflação. As instabilidades bolsistas ou cambiais podem ser momentos propícios, mas sob a influência do próprio capital. A opção entre mais inflação e emprego ou mais estabilidade cambial e ameaça de crise deixa de ter sentido, como o deixa a considera-

ção de qualquer preocupação social.

A inflação é a expressão da validação privada do trabalho social e tem como raiz o crédito enquanto indispensável garante dominante do ciclo do capital. Porque uma parte dos circuitos de crédito fazem parte da globalização, isto é, da rentabilização do capital, é ao sector público que se vai cortar a expansão do crédito exigindo poucos ou nenhuns défices estatais.

Na luta capital-trabalho quanto mais desprotegido estiver este, quanto menos remunerações usufruir maior será a lucratividade. A desprotecção social não só faz parte desta estratégia como é uma das contratendências, como veremos, aos imperativos da lei do valor.

Quanto à fiscalidade ligeira são desnecessárias justificações, bastando mais uma vez insistir que o aparelho burocrático do Estado sempre necessitou de recursos para funcionar e que optar-se por maior ou menor carga fiscal, optar-se por esta ou aquela forma de tributação são decisões eminentemente políticas, uma política económica que, quando é para aligeirar os custos do capital, é considerado como benéfica, como partes integrantes do pacote de liberalização.

Poderemos ainda constatar que o conflito capital-trabalho, também apresentada paradoxalmente como conflito economia-sociedade, exige uma intervenção do Estado em diversos planos.

É o Estado que garante a manutenção da ordem pública, mesmo quando as políticas económicas geram o descontentamento e a revolta populares, é o Estado que fornece o enquadramento jurídico que permite a própria política liberalizante, é o Estado que continua a enquadrar o poder judiciário, é ainda o Estado que permite, incentiva e colabora na produção ideológica de defesa do liberalismo e da globalização.

O valor, isto é, o funcionamen-

to da economia, no todo e nas partes, é sobredeterminado politicamente.

Mundialização e hegemonia regional

Boyer (1998) considera que existem hoje (ainda) diversos tipos de regulação:

1. a mercantil, com a máxima expressão nos EUA e no Reino Unido;
2. a das grandes empresas numa lógica semicorporativista, com a expressão máxima no Japão;
3. a de negociação dos compromissos, típica dos países escandinavos;
4. a pública, espalhada em graus diversos por toda a União Europeia, com excepção do Reino Unido.

Provavelmente a consideração de outras regiões exigiria alargar o leque da classificação ⁽¹⁶⁾.

Desta constatação resulta uma consequência imediata: existem vários modelos alternativos possíveis de expansão do capitalismo à escala mundial, de concretização da globalização. O facto de a globalização processar-se com domínio da regulação mercantil, a qual tende a subjugar as outras formas de organização, não é uma inevitabilidade histórica, não é o resultado do pragmatismo, não é a expressão da vontade dos cidadãos dos diversos países, é o resultado da força actual dos EUA, força económica, política e social. Força na relação com os restantes países, sobretudo a partir do fim das economias socialistas, e no funcionamento das instâncias internacionais. Força ainda pelo facto das suas empresas serem produtoras mundiais de bens estratégicos para a vida das sociedades, particularmente nos campos da informática e das telecomunicações.

A internacionalização é uma via de afirmação dum poder regional,

Sobre a globalização

em detrimento de todos os restantes: o poder regional dos EUA e da lógica mercantil no funcionamento da sociedade.

Uma pergunta inquietante

Pelo que dissemos anteriormente, a globalização é essencialmente uma livre internacionalização do capital financeiro, acompanhado de um aumento da importância relativa do capital-dinheiro, e da sua utilização directamente desligada da actividade tradicionalmente designada de produção. É, em grande medida, a internacionalização do capital especulativo ⁽¹⁷⁾.

Utilizando a representação de Marx

$$\begin{array}{c} D - D - D' \\ D - M \dots P \dots M'' - D'' \end{array}$$

podemos dizer que a globalização é o aumento da hegemonia de $D - D'$.

Uma parte dos movimentos de capital-dinheiro estão directamente associados a $\dots P \dots$. É o caso do financiamento da produção na bolsa de títulos, a obtenção de garantias em relação a condições futuras no mercado de derivados, são operações de divisas associadas a vendas, compras ou financiamentos internacionais. Por vezes também o estão contraditoriamente. A maior rentabilidade do capital financeiro desloca verbas do sector produtivo para aí. Contudo em muitos outros não existe uma interligação entre o movimento do capital-dinheiro e o capital produtivo.

Por outras palavras, quando tratamos do capital financeiro, no sentido utilizado correntemente, estamos perante um conjunto de actividades improdutivas, *não criadoras de valor*. No entanto os capitais individuais *obtem lucros*, por vezes importantes, com esses movimentos especulativos.

É um paradoxo que só pode ser resolvido por duas vias:

1. concluindo-se que a o conceito de actividade produtiva adoptada por Marx está errado;
2. constatando-se que existem canais que permitem ao capital financeiro não directamente associado à produção apropriar-se de uma parte da mais-valia e que esta é em quantidade suficiente para remunerar o capital em taxas consideradas satisfatórias.

Qualquer das duas saídas são logicamente válidas e neste trabalho não temos a possibilidade de analisar cabalmente a primeira hipótese. Diríamos apenas, em defesa da hipótese de privilegiar a segunda via de solução, que muitos são os autores, das formações mais diversas, que tendem a dissociar o capital financeiro da criação de valor ⁽¹⁸⁾.

Admitamos, então, por hipótese, que estamos perante um processo de redistribuição da mais-valia criada nos sectores produtivos e apropriado pelo capital-dinheiro especulativo. Dada a importância relativa do capital financeiro e dos seus mecanismos de globalização estamos perante grandes massas de valor redistribuído e apropriado. Os mecanismos de aumento da mais-valia absoluta e relativa certamente que continuarão a manifestar-se mas certamente existem outros factores que permitem uma rentabilização do capital financeiro.

Para o debate deste problema lançamos cinco vias de rentabilização do capital financeiro. Rentabilização que corre sempre o risco de ruptura.

Trabalhadores, um mal necessário

Desde o início do capitalismo os trabalhadores foram um mal necessário.

Necessário porque é o trabalho humano que cria valor, são as relações sociais associadas ao trabalho por conta de outrem que cria valor novo, que permite o lucro. Mal porque o valor novo criado é repartido, grosso modo, por salários, lucros, rendas e juros.

O desejo capitalista está expresso de forma magistral na afirmação de Jevons, quando diz que os salários é aquilo que resta depois de retirado o lucro, renda e juros. Contudo a dinâmica social é diferente, pois o salário tem uma referência objectiva que o determina, o valor da força de trabalho. Os lucros é que são um valor residual ⁽¹⁹⁾.

Se é uma lei da Economia Política que o salário é a expressão monetária do valor da força de trabalho, no quadro da concorrência entre empresas situadas no mesmo mercado, entre sectores e entre os próprios trabalhadores assalariados, também é uma constatação fácil que essa referência gravitacional se encontra num contexto de luta social e de institucionalização de diversos resultados dessas lutas (salário indirecto, legislação, práticas costumeiras, etc.)

A luta pela «desvalorização» dos salários é uma luta tão antiga quanto a existência da burguesia, mas adquiriu nos últimos tempos um reforço e novas dinâmicas:

1. O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações, conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando a níveis próximos do trabalho simples ou inadaptável aos novos referenciais.
2. Essas inovações tecnológicas, directamente ou através da velocidade de circulação da informação e dos valores, criaram condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho.
3. O aumento da produtividade por hora (cronológica) de

trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força de trabalho ⁽²⁰⁾.

4. Os elevados níveis de desemprego, a grande rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho, para o que também contribui alguns dos aspectos anteriormente referidos, faz com que haja condições para uma maior «disciplina laboral», para a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. Maiores taxas de desemprego conduzem a menores taxas de variação salarial em termos de poder aquisitivo.
5. O enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos em resultado do desaparecimento dos países socialistas europeus e do crescimento da influência do capital, a crise político-ideológica das utopias e das forças de transformação progressista da sociedade, reforçou a tendência anterior de aceitação generalizada de condições de trabalho infra-humanas em muitos sectores.
6. A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores mais favorável ao capital que também procura aproveitar os enquadramentos mais favoráveis quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio salários-baixos/mão-de-obra-qualificada.

Economias subdesenvolvidas, pobreza feita riqueza

Uma elevada percentagem de populações continuam a viver sem

acessibilidade aos bens essenciais à vida humana, que o actual desenvolvimento tecnológico-científico permitiria disponibilizar.

Essencialmente fruto do colonialismo e do neocolonialismo, as economias subdesenvolvidas, profundamente dualistas, continuam a ser fornecedoras de matérias-primas e compradoras de bens produzidos no centro do capitalismo.

As estratégias de «cooperação» e de «ajuda ao desenvolvimento» que tiveram origem nos EUA após a segunda grande guerra, continuaram com algumas das referidas vias de exploração. A dívida externa foi aumentando, as imposições políticas que acompanham esses créditos foram moldando a estrutura económica desses países aos ditames das economias desenvolvidas, reforçando a dependência.

A globalização tem sido a continuação deste processo ⁽²¹⁾. Podemos considerar que a principal novidade nos últimos anos foi a ampliação geográfico-social da influência do grande capital, liberta da concorrência «socialista», e a criação de uma opinião pública favorável, nomeadamente nas camadas tecnocráticas politicamente influentes, à imposição de modelos importados das grandes agências internacionais.

A passagem, há umas décadas, do FMI e BM de instituições financiadoras para intermediárias e avalizadoras de créditos concedidos pelos grandes bancos privados internacionais; a criação de sistemas financeiros (banca, seguros, bolsas de títulos, mercado cambial) em diversas economias subordinadas aos planos de «estabilização» estão a criar novas condições para a apropriação de recursos pelo capital especulativo.

A este propósito recorde-se o alerta há muito feito por BARAN de que as economias subdesenvolvidas não são economias com pouco capital mas sim com pouca aplicação do capital disponível. Recorde-se ainda as grandes diferenças sociais aí existentes, os elevados níveis de econo-

Sobre a globalização

mia informal e de corrupção e a estreita ligação desta ao aparelho de Estado.

Contribuições das populações

O tipo de impostos existentes, matérias colectáveis sobre que incidem, taxas praticadas e outros aspectos que caracterizam a legislação fiscal e as práticas estatais, sempre foi um ponto de encontro das formas de funcionamento do Estado, e consequentes necessidades de receitas e de despesas, por um lado, e a correlação de forças das diferentes classes sociais, dos grupos de pressão, por outro lado.

Oscilando entre facilidades extremas para as empresas e o grande capital e a existência de impostos progressivos fortemente penalizadores dos rendimentos privados mais elevados, de tudo o capitalismo conheceu. Em quase todas as situações as empresas sempre tiveram um campo de manobra fiscal bastante amplo: são as diferentes possibilidades de contabilização de uma operação, são as transferências realizáveis entre empresas do grupo, são as escapatórias permitidas pela lei, quantas vezes com evocação de razões de emprego ou de outros aspectos sociais, é o «equilíbrio» entre o que se atribui de salários à administração e os lucros distribuídos, etc.

Vivendo-se hoje uma situação de muito maior peso do grande capital na correlação de forças político-social nacional e internacional, não é de espantar que as facilidades fiscais tenham crescido imensamente. É a desigual incidência e severidade de aplicação dos impostos às empresas e aos trabalhadores por conta de outrem, a maioria da população e sem qualquer possibilidade de escapatória. São as leis de redução de impostos para empresas que se instalem em determinados espaços ou sectores ou que, pura e simplesmente, se-

jam de capital estrangeiro. É, frequentemente, a grande dificuldade técnica de fazer incidir impostos aos movimentos internacionais de capital financeiro, acompanhada de uma certa complacência dos técnicos formados em ambientes universitários «neoliberalizantes».

São ainda os paraísos fiscais, regiões do globo (países ou regiões) onde os capitais gozam de total ou parcial isenção fiscal, nomeadamente no que se refere a rendimentos pessoais e aplicações financeiras. São países ou regiões situadas nas fronteiras dos países mais ricos do mundo, são «repúblicas das bananas» com Estados subservientes aos governos dos países centrais, são países minúsculos que só dessa forma podem sobreviver. Em todas as situações há um poderoso movimento de transferência, efectiva ou potencial, de recursos das classes trabalhadoras para o grande capital, frequentemente para o capital especulativo.

Mas é ao nível das negociações para a instalação de grandes empresas que frequentemente mais descaradamente se representa a peça teatral da correlação de forças.

Quando uma empresa se pretende instalar numa região fá-lo porque no contexto da sua gestão à escala mundial (que engloba relocação industrial, fragmentação da divisão técnica do trabalho e aumento do comércio intra-empresa, instrumentalização do ensino e das estruturas do ensino no sentido de se virarem para uma investigação aplicada e formação dos quadros que necessitam, entre outros aspectos) é onde os lucros esperados são mais elevados. As razões dependem da actividade e estrutura da empresa: enquanto tradicionalmente o acesso às matérias-primas e a mão-de-obra barata eram as determinantes fundamentais, a relação qualificação/salários, a proximidade de centros de investigação, as infra-estruturas de transporte e comunicação assumem hoje uma particular importância.

Podemos considerar que a ins-

talação de uma empresa num país é um processo espontâneo de troca. O país fornece um conjunto de infra-estruturas, cede por um determinado preço um espaço, disponibiliza um conjunto de serviços e estende à empresa o enquadramento jurídico-político vigente. A empresa cria um conjunto de estruturas, promove emprego de cidadãos do país e gera rendimentos que têm um conjunto de impactos directos e indirectos, gera práticas sociais e conhecimentos que de alguma forma são mais ou menos assimilados pelo tecido social.

Tradicionalmente é ao nível desses elementos de troca que a negociação se estabelecia, formal ou informalmente: que infra-estruturas é que o Estado do país propicia, que cargas fiscais vai aplicar, qual o enquadramento jurídico à exportação de lucros, qual o número de postos de trabalho é que vai gerar e a sua origem nacional, por quantos anos se vai instalar, etc. Este tipo de «trocas» continua a processar-se, mas a elas se acrescenta muitas vezes um grande conjunto de benesses do Estado. No contexto ideológico actualmente vigente, a instalação de uma grande empresa num país periférico ou semiperiférico é frequentemente apresentado como se se tratasse de uma obra de caridade que aí se vai instalar. Vangloria-se os postos de trabalho a criar, a riqueza a gerar, etc. E porque a caridade também tem preço hoje, as empresas colocam condições para fazer o favor de se instalarem num dado país: que este lhe forneça infra-estruturas e tudo mais, mas também que lhe conceda isenções fiscais e lhe atribua chorudos subsídios.

Por essa via as grandes empresas do capital transnacional, sem pátria, vão transferir recursos da generalidade dos cidadãos para os seus empreendimentos. Dessa forma as remuneração dos capitais próprios elevam-se substancialmente.

Acrescente-se em nota residual que após a instalação a empresa

continua com um campo de manobra muito maior que o Estado do respectivo país: os custos próprios de abandono da empresa podem ser reduzidos e certamente são menores que os custos sociais resultantes desse acto; existem sempre justificações fáceis para esse procedimento; as operações financeiras apresentam facilidades, nomeadamente o aval do Estado junto das instituições bancárias, que não amarram riquezas individuais ao projecto; a administração é um aparelho burocrático diferente dos possuidores do capital e frequentemente estrangeira.

E a opinião pública assiste a todo este processo com indiferença — a não ser quando algumas manifestações ou declarações pomposas de algum ministro subserviente ou ignorante interrompe esse ambiente de acalmia — ou condescendência.

Apropriação privada da segurança social

Todos os recursos alheios são bem vindos para o capital neste processo de rentabilização do capital financeiro internacional, improdutivo socialmente, mas redistribuidor do valor acrescentado em seu favor.

O que os trabalhadores e as múltiplas empresas pagam hoje para os sistemas de segurança social representa uma importante percentagem do rendimento nacional. A possibilidade dessa grande massa de rendimentos passar das mãos do Estado para a gestão do capital é uma «benesse divina». Essa grande quantidade de recursos tem diversas vantagens: é um montante elevado, a sua renovação está assegurada, está associada frequentemente a aplicações de longo prazo (pago hoje para receber daqui a muitos anos) permitindo uma grande fluidez de aplicações.

Nesta luta utilizam-se todas as armas: a instalação de sistemas privados de seguro e saúde, a argumentação ideológica e o convencimento

dos próprios financiadores, sobretudo os trabalhadores por conta de outrem, a subserviência de governos, a concorrência desleal e a manifesta má gestão dos fundos públicos.

Sendo hoje comum apresentar-se o sistema de segurança social como um sistema «falido» pelo inevitável envelhecimento da população poder-se-á duvidar do interesse do capital em transferir para si tão onerosa responsabilidade. Reconhecendo-se que nas economias desenvolvidas o envelhecimento da população e o crescente peso dos reformados pode colocar problemas não nos podemos esquecer que frequentemente existem significativas diferenças entre o apreço e a realidade, a gestão do capital financeiro é a nível mundial e as garantias e direitos dos cidadãos estão em mudança, tornando-se cada vez mais precários.

Entrelaçamento com economia subterrânea

Se os dados sobre a economia subterrânea ⁽²²⁾ são, por definição, escassos, generalizados são os conhecimentos de que ela tem uma grande importância na economia mundial. Alguns dos negócios mais rentáveis estão abrangidos nessa área. Os negócios da guerra ⁽²³⁾ e da droga movimentam uma importante percentagem do produto interno. Englobam importantíssimos sectores que são produtivos, isto é, produtores de rendimento.

A livre circulação de capital financeiro é um mecanismo eficiente de transposição do valor acrescentado da economia subterrânea para a economia formal garantindo aplicações alternativas a esses sectores fortemente capitalizados, organizados capitalisticamente.

«tornou-se impossível deitar a mão à fortuna dos grupos criminosos. Qualquer que seja a eficácia da polícia e da justiça, os lucros acumulados perma-

Sobre a globalização

necem intocáveis no espaço sem direito do mercado financeiro global.» (MARTIN & SCHUMANN, 1999, 222.)

Por sua vez este «branqueamento de dinheiro» transfere muito grandes somas de mais-valia criadas nesses sectores ilegais para os circuitos financeiros internacionais, garantido a esses capitais, de uma forma geral, elevadas taxas de rendibilidade.

A livre circulação de capitais é um eficaz mecanismo de desaparecimento das fronteiras entre o legal e o ilegal. A não intervenção do Estado, o desaparecimento de fronteiras, a fluidez dos mercados, o anonimato do mercado são factores que automaticamente permitem esse entrelaçamento. As actividades de corrupção são outro mecanismo associado que, não sendo produtivo, promove uma certa redistribuição da riqueza.

Capital financeiro internacional e legalização dos mais recônditos circuitos sócio-económicos são duas faces da mesma moeda. São os circuitos económicos que estabelecem essa ligação apoiados pela ideologia apologetica do mercado. Legalizar o pecaminoso aparece de seguida como a palavra de ordem de controlo do que espontaneamente se deixou incontrolável.

Não temos dados quantificados que sustentem a nossa posição, mas estamos convencidos que esta interligação entre a economia subterrânea e os mercados financeiros é hoje um dos mais poderosos mecanismos de redistribuição da mais-valia e um dos mais seguros mecanismos de rentabilização do capital internacional ⁽²⁴⁾.

E com este casamento enfraquecem as malhas éticas do tecido social.

Das contradições à crise

Designando por crise um processo de ruptura podemos dizer que

a globalização está ameaçada por três vias:

1. Não sendo o capital financeiro produtivo exige permanentemente a interligação com o capital produtivo, através da qual apropria mais-valia e garante a sua rendibilização. No entanto o capital financeiro tem uma dinâmica própria propícia à sua autoreprodução. Esta entra frequentemente em contradição com a sua base de rendibilidade e quando aquela não pode ser desviada pelos «mecanismos auto-reguladores» entra-se num processo de crise. Conforme as circunstâncias, podemos estar perante uma crise de sobreprodução — excesso de capital em geral em relação às possibilidades da sua rendibilização — ou perante uma crise financeira — desajustamento do capital financeiros em relação ao capital em geral.
2. Sendo a globalização parte integrante do capitalismo e impondo que este seja levado «até à últimas consequências», está sujeito às dinâmicas conjunturais e às crises do capitalismo. Desde há muito que é sabido que uma acção dos agentes políticos e económicos de resfriamento de altas conjunturas ou de criação de poder de compra, real ou fictício, nos períodos de atenuação dos ritmos de crescimento podem ser mecanismos relativamente eficazes para evitar situações mais dramáticas. Contudo a desresponsabilização do Estado em relação a estes processos e as técnicas de actualização do capital financeiro — pseudovalidação social das mercadorias — e do grande capital — aproveitamento das «más conjunturas» para vencer a concorrência e au-

mentar a centralização do capital — reforça as possibilidades de crise.

3. Todos estes mecanismos aumentam a desigualdade na distribuição do rendimento, limando a importância de camadas intermédias que durante muito tempo funcionaram como estabilizadores sociais⁽²⁵⁾. As possibilidades de rupturas crescem objectivamente com a globalização, embora fortemente neutralizadas pela massiva ideologização capitalística.

Com muita frequência assistimos a sinais de crise: instabilidades cambiais, défices comerciais duráveis, agravamento das desigualdades entre nações e pessoas, elevadas taxas de desemprego e aumento da durabilidade deste, perturbações nas bolsas de valores e repercussões em cadeia. Mas também todos os dias deparamos com mecanismos diversos de rentabilização do capital e de atenuação daqueles aspectos negativos. Existe uma forte probabilidade de manifestação de uma crise económica e de ruptura do tecido social mas também existe uma elevada possibilidade de manifestação de contratendências impossibilitadoras ou limitadoras de tal acontecimento.

As possibilidades de crise económico-social são estruturalmente elevadas. Conjunturalmente poderão ou não sê-lo. Não têm data marcada de manifestação e sobretudo não acontecerão com processo de ruptura sem o querer e a vontade dos homens. A sua inevitabilidade é potencial.

Quanto a esta matéria é interessante, sobretudo nos dias de hoje, recordar as palavras de MARTIN & SCHUMANN, escritas em 1996:

«A história não se repete. Toda a guerra permanece a válvula de escape mais provável quando os conflitos sociais se tornam insuportáveis — mesmo que assumam a forma de uma guerra civil contra minorias étnicas ou

contra regiões que traem a nação. A mundialização não conduzirá obrigatoriamente a conflitos militares; em contrapartida, estes são possíveis se não se conseguirem domar através do social as forças da economia transnacional entretanto desencadeadas.»

Conclusão

O que aqui deixamos é um conjunto de reflexões sobre esta problemática da globalização. Se alguma validade imediata tem é alertar contra o «canto dos cisnes» e problematizar as evidências, os sentidos comuns, o que é considerado conhecido.

Apesar das interrogações que se lançam algumas certezas ficam. Uma delas é a de que há um crescente diferendo entre o económico e o social permitindo-nos dizer em muitas situações: a economia vai bem, a sociedade é que vai mal. Economia são eles, os do grande capital transnacional, e Sociedade somos todos nós. ▼

Bibliografia

- AGLIETA, MICHEL (1993), «Financial Globalization. Systemic Risk, Monetary Control in OECD Countries», *Notas Económicas*, 9/24.
- AMARAL, LUÍS MIRA (1991), A Internacionalização da Economia Portuguesa, *Economista*, 1991/4, pág. 59/67.
- BARAN, PAUL (1977), A Economia Política do Desenvolvimento, São Paulo, Zahar, pp. 399.
- BOYER, ROBERT (1998), *Le Politique à L'Ère de la Mondialisation et de la Finance: Le pont sur quelques recherches régulationnistes*, Paris, Cahiers du CEPREMAP, n.º 9820, pp. 73.
- BOYER, ROBERT & SAILLARD, YVES (1996), *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*, Paris, Édition de la Découverte.
- BRITO, CARLOS MELO (1993), Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial, Porto, Faculdade de Economia do Porto, *Investigação*, 28.
- BURBACH, ROGER & ROBINSON WILLIAM I. (1999), «The fin De Siecle Debate: Globalization as Epochal Shift», *Science & Society*, Vol. 63, N.º 1, Spring 1999, pag. 10-39.
- CAFFÉ, RICARDO (1997), Capital Fictício, Inovações Financeiras e Derivativos. Algumas Observações sobre a Natureza da Finança Globalizada, São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 301/09.
- DIAS, JOSÉ MANUEL G. (1993), Aspectos do Contexto Empresarial Português, em *Mudança por Efeito da Internacionalização*, Porto, Faculdade de Economia do Porto.
- DORNBUSCH, R. & HELMERS, F. (1991), *Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 437.
- LABARDE, PHILIPPE & MARIS, BERNARD (1998), *Meu Deus, como é bela a Guerra Económica!*, Lisboa, Terramar, pp. 158.
- LIMA, M. ANTONINA, Neo-protecção, GATT e Acordos Regionais (entre a Mundialização e a Regionalização), *II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, UFRJ, pág. 262/76.
- LOUÇÃ, FRANCISCO (1998), *Limites da Globalização*, Texto policopiado de um colóquio, 5 de Julho.
- MARTIN, HANS-PETER & SCHUMANN, HARALD (1999), *A armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*, 2.ª Ed., Lisboa, Terramar, pp. 259.
- MATEUS, AUGUSTO (1983), Internacionalização, Crise e Recessão (A Especificidade Portuguesa), *Pensamento Iberoamericano*, 3, pág. 131/162.
- MATTEI, LAURO (1997), Breves Considerações sobre a Globalização, São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 65.
- MITCHELL, B. R., *International Historical Statistics Europe 1750-1988*, 3.ª Edição, 1992, Stockton Press.
- NUNES, ANA BELA (1998), *A Globalização numa Perspectiva Histórica. O que há de novo no processo de globalização*, Série Documentos de Trabalho, DT/WP n.º 8, Lisboa, ISEG, pp. 20.
- PAMPLONA, JOÃO B. (1997), Globalização, Pós-Fordismo e a Gestão de Políticas Sociais, São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 354/63.

Sobre a globalização

PARAIRE, PHILIPPE (1998), A «Al-deia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial, Lisboa, Avante, pp. 239.

PAVEL, CHRISTINE e MCELRAVEY, JOHN N. (1990), Globalization in Financial Services Industry, *Economic Perspectives*, 14/3, pág. 3/18.

SANTOS, VÍTOR (1997), *Será a globalização um fenómeno sustentável?*, Lisboa, GEPE, pp. 28.

SHIMIZU, RYUEI (1992), Globalization Strategy, Tóquio, *Keio Tsushin C.*, 29, pág. 95/129.

SINGER, PAUL (1997), Um Histórico da Globalização, São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 522/555.

SOUSA, ANTONIO DE (1991), O Processo de Globalização — Oportunidades e Ameaças, Texto policopiado, pp. 22.

UNIÃO EUROPEIA (1998), «Rapport sur l'état de la convergence 1998», *Economie Européenne*, n.º 65, 1998.

VÁRIOS, «1980-97: Comércio Externo», *Economia Pura. Tendências e Mercados*. Ano I, n.º 12-A.

VÁRIOS (1983), Estado e Internacionalización, *Pensamiento Iberoamericano*, 5.ª, pág. 221/246.

Notas

(¹) Este artigo surge da conjugação de um pedido da revista *Vértice* e do Seminário na Universidade do Minho «Portugal (pré-pós) moderno e globalização».

(²) As inovações tecnológicas mais referenciadas são «no campo da informática, dos cabos de fibras ópticas e de miniaturização com reflexos particulares na acessibilidade, difusão e integração em redes de informação. Inovações igualmente no domínio da produção de energia em especial com a biotecnologia, a biomassa e os supercondutores» (NUNES, 1998, 5).

(³) SIMON fala de racionalidade olímpica nos seus trabalhos de psicologia económica para designar a racionalidade total e perfeita frequentemente considerada pelos economistas nos seus modelos. Um racionalidade que só poderia ser possuída pelos deuses.

(⁴) Note-se que o mercado de força de trabalho, frequentemente designado de mercado de trabalho nunca será um

mercado universal: há uma segmentação «natural» por aptidões e a segmentação por regiões, etnias, sexo, etc. Ela dinamiza a disciplina laboral, o lucro.

(⁵) Nesta aplicação ao Mundo diferenciamos-nos ligeiramente do texto de Boyer.

(⁶) De seguida chama a atenção para o facto que ao mesmo tempo que há alargamento geográfico dos mercados também há processos de regionalização.

(⁷) Os seus fluxos eram em média de 76,8 biliões (no sentido inglês ou americano?) de dólares e em 1996 atingia 347 biliões.

(⁸) Segundo BURBACH & ROBINSON (1999, 16) 280 000 associadas a empresas transnacionais produzem bens e serviços no valor de 7 triliões de dólares, o que representa 25% da produção mundial.

(⁹) Segundo dado citado por LOUÇÃ (1998, 3) «40% do comércio mundial faz-se hoje por trocas internas às grandes empresas».

(¹⁰) Nas duas últimas décadas tem sido dada muita atenção aos ciclos longos e ultralongos do capitalismo. A obra de Kondratieff é revisitada, procurando dela extrair-se conclusões novas. Nessa leitura talvez seja possível encarar a globalização como uma fase dum ciclo. Contudo consideramos que esse tipo de leituras exige cuidados acrescidos: em primeiro lugar debatermos se estamos perante um fenómeno social ou um mero problema estatístico; em segundo lugar verificar se é possível encontrar regularidades nesse processo e, no caso afirmativo, os sincronismos regionais e sectoriais. Finalmente fica em aberto a integração das dinâmicas ditas estritamente económicas com as de natureza política e ideológica.

(¹¹) A natureza hierarquizada do sistema bancário e a adopção pelos bancos centrais de uma política de automática conversão da moeda bancária faz com que o crédito tanto possa ser uma antecipação de validação social das mercadorias, parte integrante da troca, como uma pseudovalidação.

(¹²) De sobreprodução porque a crise é um excesso de capital em relação às possibilidades da sua valorização. Excesso de capital produtivo conduzindo ao desemprego, à desactivação das máquinas. Excesso de capital-dinheiro conduzindo à impossibilidade de pagamento das dívidas. Excesso de ca-

pital-mercadoria que se acumula sem encontrar compradores.

(¹³) A capacidade de previsão de evolução dos mercados que as técnicas modernas permite, o papel de liderança das empresas multinacionais e o facto de uma elevada percentagem do comércio internacional ser interior a estas empresas fez com que alguns modelos de Economia concebesssem a possibilidade das crises serem «geridas» pelo grande capital.

(¹⁴) É interessante a este propósito recordar um debate havido há umas décadas em torno da reestruturação do sistema monetário internacional. Dizia então Rueff que os mecanismos liberais seriam os que mais reuniões políticas exigiriam, quantas vezes de urgência.

(¹⁵) A memória dos acontecimentos do Chile com Allende e Pinochet ainda estão bem viva.

(¹⁶) Como classificar o «capitalismo mafioso» russo ou o «capitalismo informal» em muitas regiões de África?

(¹⁷) BOYER (1998,51) reforça este aspecto especulativo ao constatar que

«la libéralisation financière devait favoriser l'investissement productif, les marchés des produits dérivés partager le risque et la spéculation promouvoir la stabilité du processus de croissance. C'est précisément le contraire qui a été observé dans les années quatre-vingt-dix: essor de la consommation des groupes les plus favorisés plus qu'investissement productif.»

(¹⁸) Existiram mesmo sistemas de contabilidade nacional que consideravam o sector bancário não-produtivo.

(¹⁹) Se o empresário realiza uma actividade na empresa podemos igual-

mente considerar que realiza trabalho e a sua força de trabalho tem um valor. O pagamento da sua força de trabalho não está englobado no lucro.

(²⁰) Contraditoriamente, hoje existem condições particularmente propícias para o aumento dos bens e tipos de bens que são considerados socialmente como essenciais à reprodução da força de trabalho.

(²¹) Autores há que manifestam posição diferente. Assim SANTOS (1997) afirma

«A globalização das economias tem contribuído para criar uma dinâmica de crescimento económico que, não só tem assegurado o crescimento sustentado dos países mais ricos, como também, permitiu criar as pré-condições para a convergência real dos países em vias de desenvolvimento.»

Diríamos que depende essencialmente dos indicadores utilizados e da leitura que se faça dos acontecimentos. É no entanto interessante e mais elucidativa a última conclusão que esse mesmo autor retira:

«A conjugação de todos estes factores reflecte-se em benefício das pequenas economias periféricas e em vias de desenvolvimento que, se adoptarem estratégias de desenvolvimento adequadas, têm maior probabilidade de obterem sucesso nos seus processos de convergência real.» (negro nosso).

Se os países subdesenvolvidos se integrarem na lógica do grande capital então poderemos ter uma convergência real, mesmo que socialmente custosa. Convergência a quantos anos?

Um pequeno exercício feito para Portugal mostra que, tomando as taxas de variação do produto nacional durante

a década de 90 e admitindo que as taxas médias se manteriam, e que as taxas de variação da população seriam semelhantes, Portugal necessitaria de 52 anos para atingir o rendimento per capita da França e 1811 anos para se igualar à Dinamarca.

(²²) É conhecida a existência de diversas definições desta e ténues fronteiras com outras classificações. Por este termo estamos aqui a designar todas as actividades económicas que não são registadas na contabilidade nacional.

(²³) Essencialmente armamento e mercenários. Se é certo que algumas actividades deste negócio são da economia formal, nomeadamente a produção industrial de armamento, muitas outras não o são.

(²⁴) Acrescente-se a esta constatação que esta matéria é muito menos tratada nas obras da especialidade do que seria adequado.

(²⁵) Esta matéria exigiria uma análise mais pormenorizada. Enquanto alguns autores insistem no aumento das desigualdades sociais, outros insistem na subida do nível de vida médio. As duas afirmações não são incompatíveis: perante a mesma série, a primeira privilegia o desvio-padrão e o coeficiente de variação e a outra a média. Todas essas grandezas podem aumentar ao mesmo tempo. No entanto a ideia implícita em muitas análises que se centram na média, frequentemente sem explicitar o seu âmbito geográfico, é de que esse crescimento médio é acompanhado por uma melhoria do nível de vida de todas as classes sociais.